

MODÉLO N.º 6

**MINISTÉRIO DA MARINHA****Direcção Geral da Marinha****Participação de recepção de ostras em concessões  
ou depósitos considerados salubres**Ex.<sup>mo</sup> Sr. ... (a)Participo a V. Ex.<sup>a</sup> que recebi no meu ... n.º ... (b)  
denominado ... (c) ostras provenientes ... considerado  
como ... (d) ostras que foram depositadas ... (e).

... (f) ... de ... de 193...

... (g)

- (a) Capitão do porto ou delegado marítimo.
- (b) Qualidade do estabelecimento ostreícola e seu número oficial.
- (c) Quantidade de ostras.
- (d) Classificação sanitária da origem das ostras.
- (e) Local do estabelecimento onde foram colocadas as ostras.
- (f) Localidade onde ficaram as ostras.
- (g) Nome do concessionário ou proprietário do estabelecimento.

**Estado Maior Naval****Portaria n.º 7:003**Atendendo ao estado em que se encontram os actuais  
submersíveis e emquanto não forem substituídos: manda

o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que sejam os exercícios de imersão, com passagem de motores de combustão a motores eléctricos, fixados na portaria n.º 710, de 10 de Junho de 1916, para todo o pessoal em especialização, substituídos por igual número de exercícios navegando em imersão.

Paços do Governo da República, 15 de Janeiro de 1931.— O Ministro da Marinha, *Luis António de Magalhães Correia*.**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS****Direcção Geral dos Negócios Políticos**

Por ordem superior se faz público ter sido depositado, em 18 de Dezembro de 1930, na sede da Comissão Internacional de Navegação Aérea, em Paris, o instrumento de ratificação da Roménia, relativo ao Protocolo de Paris de 15 de Junho de 1929, que diz respeito a emendas aos artigos 3, 5, 7, 15, 34, 37, 41, 42 e cláusulas finais da Convenção Internacional de Navegação Aérea, assinada em Paris em 13 de Outubro de 1919.

Direcção Geral dos Negócios Políticos, 13 de Janeiro de 1931.— O Director Geral, *Luis de Sampaio*.